



ACÓRDÃO Nº714/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11442/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Arnei dos Santos Matias (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6612/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Determinação. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Fundo Municipal da Previdência Social do Município de Urucará, referente ao exercício 2016**, sob responsabilidade do **Sr. Arnei dos Santos Matias**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme relação de impropriedades 01, 02, 05 e 06 não sanadas do Relatório Conclusivo nº 14/2018-DICERP (fls. 339-352);
- 10.2. Conforme Voto-Destaque, do **Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar Multa ao Sr. Arnei dos Santos Matias**, Presidente e Ordenador de Despesa do Fundo de Previdência dos Servidores de Urucará, no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), com fundamento no art. 54, II da Lei nº 2423/1996, c/c com o art. 308, VI da Resolução 04/2002, com redação dada pela Resolução nº 04/2018, que deverá ser



ACÓRDÃO Nº714/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM:

- 10.3.1. A estrita observância ao que determina o exposto no art. 74, da Constituição Federal, no que é pertinente a implantação de controle interno; item 07 da Notificação;
- 10.3.2. Observe e cumpra o estabelecido nos (art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, VIII, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 12 da Portaria MPS nº 402/08), itens 01, 02, 06 da Notificação;
- 10.3.3. Observe e cumpra o estabelecido nos art. 1º, VII, da Lei nº 9.717/98, art. 18 da Portaria MPS nº 402/08 e arts. 12 a 15 da Portaria MPS nº 403/08), itens 03, da Notificação;
- 10.3.4. Mantenha os registros e controles, além de toda documentação referente aos atos e fatos contábeis pertinentes ao Grupo de Contas Genéricas (Resolução CFC N.º 1.133/08 - Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis) como forma de atender às regras de direito financeiro, definidas pela Lei federal nº 4.320/64, cuja inobservância acarretará a não aceitação das justificativas futuras, com consequente responsabilização e reflexos nas prestações de contas respectivas;
- 10.3.5. Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96, que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.3.6. observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº714/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10.4. Determinar a Secretaria do Tribunal Pleno para remeter os autos à DEREDE para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

10.5. Comunicar o Sr. Arnei dos Santos Matias da Decisão do Tribunal Pleno.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Agosto de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

13.1 – Auditor Presente e relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral